

Canal Energia – 02/07/2010

Brasileiros pagarão adicional de US\$ 3,1 bilhões com alteração do Tratado de Itaipu, alerta **Acende Brasil**

<http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Newsletter.asp?id=78339>

Para **Claudio Sales**, decisão sobre mudança em acordo não pode ser meramente político. Acordo será votado na próxima quarta-feira, 7, em comissão da Câmara

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

Com a alteração que está sendo proposta no Tratado de Itaipu, que triplica os valores a serem pagos pelo Brasil ao Paraguai pelo excedente de energia, os brasileiros terão que arcar com um adicional de US\$ 3,1 bilhões até 2023, quando termina o contrato da usina com as distribuidoras. O cálculo é do **Instituto Acende Brasil**, que é contra a aprovação do aumento, que será votado na próxima quarta-feira, 7 de julho, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

De acordo com **Claudio Sales**, presidente da entidade, não tem sido feito um debate mais aprofundado sobre essa questão. "Os argumentos apresentados pelo Paraguai e acolhidos pelo governo brasileiro para justificar o aumento são falaciosos, não verdadeiros", afirmou o executivo. Ele disse que uma decisão como essa não pode ser meramente política. Para ele, os paraguaios não podem ser tratados como "irmãos necessitados", por terem sido beneficiados pela propriedade de metade da usina, sem condições financeiras para assumirem tal empreendimento.

"Corre-se o risco de prevalecer a maioria do governo na votação desse tema e isso ser decidido politicamente para prejuízo dos brasileiros", declarou. **Sales** ressaltou que toda a argumentação do Governo Federal e de sua bancada aliada no Congresso se baseia na idéia do "ajudar nossos vizinhos paraguaios, irmãos necessitados". Além disso, para o executivo, a grande ajuda para o Paraguai já é dada pelo próprio Tratado de Itaipu. "O Tratado permite que o Paraguai sem condição financeira para tanto se torne proprietário de 50% dessa usina", afirmou.

Em audiência pública realizada na última quarta-feira, 30 de junho, pelas comissões de Minas e Energia e de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, **Sales** destacou que os brasileiros já arcam com o custo dos juros da dívida do empreendimento - rubrica da qual os paraguaios ficaram isentos desde 2007. Os juros são vinculados à inflação americana. Pelo acordo, o aumento da cessão de uso da energia de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões por ano serão arcados pelo Tesouro Nacional.